



PREFEITURA DE SANTOS

Gabinete do Prefeito

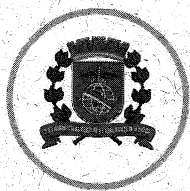
TERMO DE FOMENTO Nº 43 /2021 - SEDUC
PROCESSO Nº 53260/2020-13
CREDENCIAMENTO Nº 02/2020

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTOS, COM A INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E A ENTIDADE SUBVENCIONADA LAR ESPÍRITA MARIA MÁXIMO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DE CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO.

Pelo presente Termo de Fomento, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTOS**, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, com sede na Praça Visconde de Mauá, s/nº, em Santos/SP, inscrito no CNPJ sob nº 58.200.015/0001-83, neste ato representado pela titular da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CRISTINA ABREU DA ROCHA BARLETTA**, que subscreve o presente instrumento em consonância com o disposto no artigo 60 da Lei Orgânica Municipal e no Decreto nº 5.518, de 18 de fevereiro de 2010, e de outro lado a entidade subvencionada **LAR ESPÍRITA MARIA MÁXIMO**, doravante designada simplesmente **ENTIDADE**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.303.250/0001-58, com sede na Rua Manoel Tourinho, nº 410, Macuco, em Santos/SP, CEP: 11.015-000, neste ato representada por seu presidente, Sr. **WAGNER DE FREITAS PINTO**, portador da Cédula de Identidade nº 16.698.300-7, inscrito no CPF/MF sob nº 084.159.388-45, residente e domiciliado na Rua Paraná, nº 145, Apto. 83, Vila Mathias, em Santos/SP, CEP: 11.075-320, tem entre si justo e convencionado celebrar o presente Termo de Fomento, com observância na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, das disposições contidas no Plano de Trabalho apresentado pela **ENTIDADE**, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos da autorização contida na Lei Municipal nº 3.315, de 08 de dezembro de 2016, alterada pela Lei Municipal nº 3.408, de 14 de dezembro de 2017, Lei Municipal nº 3.543, de 28 de maio de 2019, do Decreto nº 8.306, de 26 de dezembro de 2018, e do Decreto nº 8.805, de 19 de dezembro de 2019, mediante estipulação das seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Termo de Fomento tem por objetivo o estabelecimento de uma parceria entre o **MUNICÍPIO**, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, e a **ENTIDADE**, para o atendimento gratuito em Creche, Pré-Escola e/ou Atividade Complementar, visando ao desenvolvimento sócioeducativo das crianças e adolescentes residentes no Município de Santos, conforme detalhado no Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil, parte integrante deste Termo de Fomento como Anexo Único.

CLÁUSULA SEGUNDA: O serviço a ser prestado pela **ENTIDADE** deverá atender um total estimado de 80 (oitenta) crianças e/ou adolescentes, conforme Plano de Trabalho da respectiva parceria, com a faixa etária, na modalidade de ensino e condição de atendimento, conforme tabela de idades anual da Secretaria Municipal de Educação, tendo como base, os dados quantitativos de



PREFEITURA DE SANTOS

Gabinete do Prefeito

alunos ativos, extraídos do Sistema Secretaria Escolar Digital - SED, suplementado quando necessário, por planilha de justificativas de matrículas não computadas, respeitando o calendário letivo homologado da **ENTIDADE**:

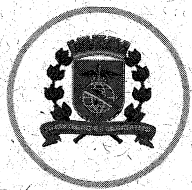
MODALIDADE		PERÍODO	NÚMERO DE ATENDIMENTOS
CRECHE	BERÇÁRIO	PARCIAL	-----
		INTEGRAL	17
	MATERNAL	PARCIAL	-----
		INTEGRAL	40
PRÉ ESCOLA	JARDIM / PRÉ	PARCIAL	-----
		INTEGRAL	23
ATIVIDADE COMPLEMENTAR	EDUCAÇÃO INFANTIL	PARCIAL	-----
	ENSINO FUNDAMENTAL	PARCIAL	-----

PARÁGRAFO ÚNICO: A quantidade de crianças e adolescentes matriculados nos termos desta cláusula, poderá sofrer variação no seu quantitativo de até 5% (cinco por cento).

CLÁUSULA TERCEIRA: Pela prestação de serviço objeto deste Termo de Fomento, o **MUNICÍPIO** repassará a **ENTIDADE** os valores bases mensais a seguir discriminados, perfazendo o valor total de R\$ 440.666,10 (quatrocentos e quarenta mil, seiscentos e sessenta e seis reais e dez centavos), que será pago em parcelas mensais de acordo com o cronograma de desembolso.

MODALIDADE		PERÍODO	VALORES PER CAPITA MENSAIS (EM REAIS)
CRECHE	BERÇÁRIO	PARCIAL	318,85
		INTEGRAL	531,44
	MATERNAL	PARCIAL	264,90
		INTEGRAL	441,51
PRÉ ESCOLA	JARDIM / PRÉ	PARCIAL	221,50
		INTEGRAL	359,94
ATIVIDADE COMPLEMENTAR	EDUCAÇÃO INFANTIL	PARCIAL	138,42
	ENSINO FUNDAMENTAL	PARCIAL	187,64

CLÁUSULA QUARTA: O valor repassado mensalmente à **ENTIDADE** subvencionada será limitado ao número máximo de atendimentos, previsto no Plano de Trabalho, correspondendo ao número de matrículas ativas no Sistema Secretaria Escolar Digital - SED, suplementado quando necessário, por formulário de justificativas de matrículas não computadas.



PREFEITURA DE SANTOS

Gabinete do Prefeito

CLÁUSULA QUINTA: A **ENTIDADE** subvencionada deverá prestar contas trimestralmente dos valores recebidos à Seção de Tomada de Contas do Departamento de Controle Financeiro da Secretaria Municipal de Finanças – SETCON/DECONFI/SEFIN até o 10º dia útil do mês subsequente, encaminhando cópia do Demonstrativo de Gastos à Secretaria Municipal de Educação na Seção de Contratos e Convênios - SECONV/COFI/DEAFIN.

CLÁUSULA SEXTA: Os recursos públicos repassados à **ENTIDADE** a título de subvenção deverão ser aplicados única e exclusivamente em benefício das crianças e adolescentes atendidos.

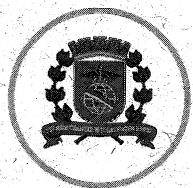
CLÁUSULA SÉTIMA: A carga horária de atendimento, deverá obedecer aos seguintes critérios:

- I** – atendimento em período integral na modalidade creche e atendimento em período integral na modalidade pré-escola: carga horária diária mínima de 08 (oito) horas, de segunda a sexta, incluindo café da manhã, almoço e lanche;
- II** – atendimento em período parcial na modalidade creche e atendimento em período parcial na modalidade pré-escola: carga horária diária mínima de 04 (quatro) horas, de segunda a sexta, incluindo café da manhã e almoço ou almoço e lanche;
- III** – atendimento em período parcial, na modalidade Atividade Complementar: carga horária diária mínima de 04 (quatro) horas, de segunda a sexta, incluindo café da manhã e almoço ou almoço e lanche.

CLÁUSULA OITAVA: Para efeito de complementariedade dos gastos para o atendimento educacional em Creche, Pré-Escola e/ou Atividade Complementar, fica o **MUNICÍPIO** autorizado a repassar mensalmente à **ENTIDADE** a importância referente aos dados quantitativos de alunos ativos, extraídos do Sistema Secretaria Escolar Digital – SED, suplementado quando necessário, por planilha de justificativas de matrículas não computadas, respeitando o calendário letivo homologado da **ENTIDADE**, em atenção ao disposto na Cláusula Terceira deste instrumento.

CLÁUSULA NONA: O **MUNICÍPIO** compromete-se a:

- I** – estabelecer um plano de supervisão quinzenal, visando acompanhar a execução do Plano de Trabalho Pedagógico;
- II** – repassar à **ENTIDADE** a subvenção definida neste Termo, mensalmente, até o dia 10 do mês de referência, conforme estabelecido nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta deste Termo;
- III** – proporcionar periodicamente a orientação pedagógica e nutricional;
- IV** – promover reuniões periódicas com a **ENTIDADE** a fim de proporcionar a avaliação e ajustes de interesse geral e afetos ao atendimento das crianças e adolescentes;
- V** – prestar orientação pedagógica e administrativa, conforme necessidade apontada pelo Supervisor de Ensino da **ENTIDADE**;
- VI** – preencher a totalidade das vagas propostas no Termo de Fomento na medida de sua demanda e de acordo com o artigo 3º da Lei Municipal nº 3.315,



PREFEITURA DE SANTOS

Gabinete do Prefeito

de 08 de dezembro de 2016, alterada pela Lei Municipal nº 3.408, de 14 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA: A **ENTIDADE** compromete-se a:

I – apresentar Plano de Trabalho, nos termos do artigo 22 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II – quando se tratar da modalidade Atividade Complementar, o Plano de Trabalho deverá estar articulado com a Proposta Pedagógica da Unidade Municipal de Educação em que o munícipe estiver matriculado;

III – aplicar devidamente a subvenção, conforme estabelecido neste Termo de Fomento;

IV – contratar o pessoal necessário e devidamente habilitado, nos termos da Lei Federal nº 12.014, de 06 de agosto de 2009, no atendimento à criança e ao adolescente, além do pessoal de apoio, quando necessário, em conformidade com o disposto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.315, de 08 de dezembro de 2016, alterada pela Lei Municipal nº 3.408, de 14 de dezembro de 2017;

V – atualizar até o dia 23 de cada mês ou quando definido pela Secretaria Municipal de Educação, o cadastro dos alunos no Sistema Secretaria Escolar Digital – SED;

VI – encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, até o segundo dia útil após o dia 25 de cada mês, ofício, planilhas de movimentação e de justificativa, solicitando a liberação da verba para o mês subsequente;

VII – manter cadastro atualizado e fichas individuais com informações pedagógicas dos alunos atendidos;

VIII – executar atividades de reforço escolar diferenciadas;

IX – informar e interagir junto à Supervisão da Secretaria Municipal de Educação garantindo a qualidade do atendimento;

X – promover um trabalho pedagógico adequado à faixa etária atendida, de forma a possibilitar o pleno desenvolvimento de crianças e/ou adolescentes, estabelecendo uma relação de ensino aprendizagem com o objetivo de obter uma melhoria na qualidade do atendimento ao aluno e conseqüente preparação para o mercado de trabalho;

XI – participar das reuniões periódicas com a Secretaria Municipal de Educação, respeitando o calendário, as atividades e os programas a serem acordados com as demais entidades subvencionadas;

XII – manter atualizado o cadastro da **ENTIDADE** junto à Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos legalmente competentes;

XIII – destinar à Secretaria Municipal de Educação as vagas correspondentes, de acordo com o disposto no artigo 3º da Lei Municipal nº 3.315, de 08 de dezembro de 2016, alterada pela Lei Municipal nº 3.408, de 14 de dezembro de 2017;

XIV – aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo **MUNICÍPIO** na prestação dos serviços objeto deste Termo de Fomento, conforme estabelecido no artigo 5º da Lei Municipal nº 3.315, de 08 de dezembro de 2016, alterada pela Lei Municipal nº 3.408, de 14 de dezembro de 2017;

XV – prestar contas ao **MUNICÍPIO**, conforme a Cláusula Quinta deste instrumento;

XVI – manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem;



PREFEITURA DE SANTOS

Gabinete do Prefeito

XVII - apresentar mensalmente, por ocasião do recebimento da subvenção, Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União ou Positiva com efeito de negativa (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751/2014), Certidão de Regularidade do Empregador - CRF e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT atualizadas;

XVIII - atender a eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados pela Secretaria Municipal de Educação, com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;

XIX - garantir atendimento ao público, de segunda a sexta feira nos meses de janeiro a dezembro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O Plano de Trabalho proposto pela **ENTIDADE** deverá atender o artigo 22 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A **ENTIDADE** subvencionada deverá promover a abertura de conta corrente específica, observado o disposto no decreto que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 no Município de Santos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os recursos recebidos e não utilizados deverão ser devolvidos para o **MUNICÍPIO**, devidamente corrigidos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Em cumprimento do disposto na alínea "g" do artigo 35 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, fica designada a servidora Miriam Rodrigues Henrique, Gestora da presente parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Em cumprimento do disposto na alínea "h" do artigo 35 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pela Portaria nº 98/2020 - SEDUC, de 03 de dezembro de 2020, realizará o monitoramento e avaliação da presente parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Em cumprimento do disposto no Parágrafo Quinto do artigo 35 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração do Termo de Fomento, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Qualquer irregularidade concernente às Cláusulas deste Termo de Fomento implicará na suspensão da parceria e na adoção das demais providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: O presente Termo de Fomento vigorará da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: As alterações que se fizerem necessárias durante a vigência deste instrumento, serão formalizadas por meio de Termo de Aditamento.



PREFEITURA DE SANTOS

Gabinete do Prefeito

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: A **ENTIDADE** apresentará:

I – prestação de contas trimestralmente de acordo com a Cláusula Quinta deste instrumento e as normativas vigentes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

II – prestação de contas anual até 31 de janeiro do exercício subsequente, nos moldes das instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Fica estabelecido a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Será de responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: É prerrogativa do **MUNICÍPIO**, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: É competente o foro da Comarca de Santos para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Termo de Fomento.

E, por estarem assim de pleno acordo com os termos do presente instrumento, subscrevem-no, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas adiante identificadas, para que surta todos os efeitos legais, pelo que eu, Carlos Antonio Alves dos Santos, o digitei dato e assino.

Santos, 04/01/2021.

**CRISTINA ABREU DA ROCHA
BARLETTA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO**

**WAGNER DE FREITAS PINTO
LAR ESPÍRITA MARIA MÁXIMO**

TESTEMUNHA

Thelita Fernandes Venâncio
Reg. 36.320-0
Derat / GPM

TESTEMUNHA

Thelita Fernandes Venâncio
Reg. 30307-3
Chefe do DEPARTAMENTO



PREFEITURA DE SANTOS
Gabinete do Prefeito

PROCESSO Nº 53260/2020-13

ANEXO ÚNICO
Plano de Trabalho



LAR ESCOLA MARIA MÁXIMO

Rua Manoel Tourinho, 406 – Macuco – Cep 11015-030 – Santos – S.P

Tel: 3234-31-60 / celular: 99708-7814 - CNPJ: 62.303.250/0001-58

Plano de Trabalho – 2021

Em atendimento ao artigo 21, inciso II do Decreto 7.585 de 10 de novembro de 2016

SUMÁRIO

- 1- Identificação
- 2-Descrição da Realidade na educação infantil
 - 2.1 – Brasil
 - 2.2 – Santos
 - 2.3 e 2.4 – Entidade Maria Máximo
- 3-Metas
- 4- Previsão de Receitas e Despesas
 - 4.1 - Receitas
 - 4.2 - Despesas
- 5-Forma de Execução
 - 5.1 Período de execução
 - 5.2 Atendimento na Creche
- 6- Parâmetros de Aferição
- 7- Capacidade técnica e operacional
 - 7.1 – Edificação
 - 7.2 – Quadro de salas
 - 7.3 e 7.4 – Quadro dos profissionais
- 8- Matriz Curricular
- 9– Proposta Pedagógica



1.IDENTIFICAÇÃO

1.1 NOME DA ENTIDADE MANTENEDORA: LAR ESPIRITA MARIA MÁXIMO

Nome da Creche: Lar Escola Maria Máximo

Endereço: Rua Manoel Tourinho, 406 – CEP 11015-030

Bairro: Macuco – Santos/SP

Telefone: (13) 3234 - 3160

Inscrição Estadual : Isento

CNPJ: 62. 303.250/0001-58

Esfere Administrativa: Municipal

E-mail: crechemariamaximo@gmail.com

1.2 Conta corrente para movimentação do Termo de Fomento:

Banco: Banco do Brasil

Agência: 6502-1

Conta Corrente: 2811-8

1.3 Proponente do Convênio: Wagner de Freitas Pinto

Cargo: Presidente

Endereço: rua Paraná, 145 ap 83

Bairro: Vila Mathias

RG: 16 698 300

CPF: 084 159 388-45

Profissão: Dentista

2.DESCRICÃO DA REALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 No Brasil:

A Educação Infantil vem passando por um longo e permanente processo de transformação no Brasil, especialmente nos últimos 20 anos. Só em 1988 a educação infantil teve o início de seu reconhecimento, quando pela primeira vez, foi colocada como parte integrante da Constituição, depois em 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei federal 8069/90), entre os direitos estava o de atendimento em creches e pré-escolas para as crianças até os 6 anos de idade. Se antes as escolas responsáveis pela fase inicial do desenvolvimento da criança tinham caráter de assistência social, hoje é consenso que essas instituições são, sim, um assunto do

âmbito da Educação. Mais do que isso: especialistas, educadores e pesquisadores reconhecem a importância do desenvolvimento integral nos primeiros anos de vida e encaram a vivência escolar como parte essencial desse processo. A preocupação se reflete na inclusão do tema como um dos itens do Compromisso Todos Pela Educação, lançado pelo Ministério da Educação (MEC) como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação e mais recentemente com a Base Nacional Comum Curricular. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dá um salto histórico ao reconhecer a Educação Infantil como etapa essencial e estabelecer os direitos de aprendizagem para bebês e crianças de 0 a 5 anos.

2.2 Em Santos, por exemplo, temos por volta de 40 Entidades Filantrópicas que prestam serviços educacionais, atendendo assim uma boa parcela da demanda da rede pública municipal

2.3 Nossa entidade tem capacidade de atendimento de 80 crianças em período integral, entre as idades de 1 ano a 5 anos, separados por turmas, berçário II, maternal I, maternal II e jardim. Os responsáveis por nossos alunos, em sua maioria, executam atividades autônomas de prestação de serviços. Neste ano de 2020 sofreram perdas financeiras devido a pandemia. Boa parcela de nossos alunos são criados pelos pais com ajuda dos avós. Nossa comunidade demonstra preocupação com a educação de seus filhos.

2.4 O Lar Espírita Maria Máximo foi fundado em 03/05/1990 e a Creche, Lar Escola Maria Máximo em 03/05/2001. A parceria com a PMS (Prefeitura Municipal de Santos) ocorreu pela primeira vez em setembro de 2008, quando foi ampliado o atendimento dos alunos. A Creche atendeu até 2018 crianças de 1 ano a 4 anos de idade em período integral. Nossas instalações são apropriadas para a acomodação de nossos alunos e a mantenedora mantém a manutenção constante.

3. DAS METAS

3.1 Visando o bem estar de todos os alunos e a promoção da vida escolar, direitos de aprendizagem da educação infantil, temos como metas para 2021 o atendimento de 80 crianças de 1 ano a 5 anos de idade, divididas nas modalidades de Berçário I/II,

Maternal I, Maternal II e Jardim, com o fornecimento de 3 alimentações diárias, sendo café da manhã, almoço e lanche. Nossa principal meta é desenvolvimento integral de nossos alunos onde cuidado e aprendizagem caminham juntamente. Assim o processo pedagógico pretende ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar.

3.1.1 Berçário I: 3 alunos (nascidos de junho a abril de 2020)

3.1.2 Berçário II: 14 alunos (nascidos de abril 2019 a março de 2020)

3.1.3 Maternal I: 19 alunos (nascidos de abril 2018 a março de 2019)

3.1.4 Maternal II: 21 alunos (nascidos de abril 2017 a março de 2018)

3.1.5 Jardim: 23 alunos (nascido de abril de 2016 a março de 2017)

3.1.6 totalizando o atendimento de 80 alunos

3.1.7 Quadro de atendimento

MODALIDADES		VAGAS	PERÍODO
CRECHE	BERÇARIO I/II	17	INTEGRAL
	MATERNAL I/II	40	INTEGRAL
PRÉ ESCOLA	JARDIM	23	INTEGRAL
	PRÉ	0	
ATIVIDADE COMPLEMENTAR	Ed. Infantil	0	
	Ens. Fund.		
TOTAL		80	INTEGRAL

4. PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS

4.1 Receitas

As receitas previstas para o ano de 2021 serão de R\$ 440.666,10

Janeiro-----R\$ 34.973,50

Fevereiro-----R\$ 34.973,50

Março-----R\$ 34.973,50

Abril-----R\$ 34.973,50

Mai-----R\$ 34.973,50

Junho -----R\$ 34.973,50

Julho-----R\$ 34.973,50

Agosto-----R\$ 34.973,50

Setembro-----R\$ 45.465,55

Outubro-----R\$ 45.465,55

Novembro----R\$ 34.973,50

Dezembro----R\$ 34.973,50

4.2 Despesas

Salário e encargos: R\$ 444.739,30

Telefone: R\$ 3.556,20

Água e esgoto: R\$ 4.363,56

Energia elétrica: R\$ 5.677,08

Alimentação: R\$ 21.427,16

Material pedagógico: R\$ 5.500,00

Materiais de consumo: 10.365,27

Despesas Gerais: R\$ 17.830,08

Total: R\$ 513.458,65

5. FORMA DE EXECUÇÃO

5.1 Período de execução:

O período de execução será de 12/01/2021 a 15/12/2021, sendo que letivos, segundo calendário escolar, serão 200 dias, os demais contam com o atendimento de curso de férias (Janeiro e julho), sendo:

1º Trimestre de 12/01/2021 a 31/03/2021;

2º Trimestre de 01/04/2021 a 30/06/2021;

3º Trimestre de 01/07/2021 a 30/09/2021;

4º Trimestre de 01/10/2021 a 15/12/2021;

5.2 Atendimento na Creche:

Na unidade da Creche Lar Escola Maria Máximo, rua Drº Manoel Tourinho nº 406, serão atendidas 80 crianças em período integral das 7:30 as 17h, totalizando capacidade de 80 percapitas.

Em nossa Unidade contamos com móveis e utensílios adequados as idades atendidas, bem como ar condicionado em todas as salas de aula. Nossos profissionais encontram-se devidamente habilitados para exercerem suas funções, alguns já com o curso superior concluído (Pedagogia) e Pós-graduado, outros ainda com o curso do Magistério.

A proposta pedagógica de nossa Entidade tem em Vigotsky e Piaget o apoio ao conceito de que o processo de desenvolvimento cognitivo está centrado na possibilidade de que o aluno seja constantemente colocado em situações problema que provoquem a construção de novos conhecimentos e conceito, que ele seja desafiado a percorrer a distância entre o que já sabe e aquilo que tem potencialidade de aprender.

Para o ano de 2021 a implantação do Currículo Santista será nossa prioridade.

6. PARÂMETROS DE AFERIÇÃO:

Os parâmetros de aferição adotados por nossa Unidade Escolar são baseados no dia a dia de nossos alunos. Utilizamos como base primordial a observação das educadoras

no desenvolver das atividades diárias, posteriormente, partimos para o registro das mesmas.

6.1 Tipos de Aferição:

Utilizamos alguns tipos de avaliação diária em nossa creche como ações, intervenções, semanários, registros diversos e portfólio, para que ao final do bimestre, possamos todos juntos, aferir o aprendizado e as conquistas de nossos alunos, juntamente com a supervisão de ensino do município de Santos (SEDUC), por meio de termos de visitas quinzenais e relatórios mensais.

6.2 Aferições (Semanário, ações, intervenções, registros e portfólio):

O semanário possibilita ao diretor acompanhar de perto se todas as atividades e ações descritas ali estão de acordo com o conteúdo a ser seguido por suas modalidades. Este semanário é elaborado pelas educadoras (funcionárias) semanalmente para posterior aplicação aos educandos, após aprovação.

7. CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

7.1 Na edificação onde se encontra a creche temos 5 salas de aula, um pátio coberto e outro aberto, refeitório, cozinha, dispensa para alimentos, área de serviço, banheiro infantil feminino e masculino, banheiros para funcionários, secretária, almoxarifado além de todo o mobiliário infantil como mesas, cadeiras e armários, ar condicionado em todas as salas de aula e todo material pedagógico de apoio necessário para o atendimento deles.

7.2 As salas de aulas possuem as seguintes metragens:

Sala 1	23,60 m ²
Sala 2	23,34 m ²
Sala 3	23,34 m ²
Sala 4	23,60 m ²
Sala 5	46,00 m ²
Pátio Aberto	11,20 m ²
Pátio Coberto	46,16 m ²

7.3 Nossos profissionais encontram-se devidamente habilitados para exercerem suas funções, alguns já com o curso superior concluído (Pedagogia) e Pós-graduado, outros ainda com o curso do Magistério.

Quadro do Corpo Docente; NOME	FUNÇÃO	NÍVEL	ESCOLARIDADE	HABILITAÇÃO
IRACEMA NOGUEIRA BRAGA DA SILVA	professora	JD	Ensino Superior	Pedagogia
HERCÍLIA LÚCIA DA SILVEIRA PEREIRA	educadora	JD	Ensino Superior	Pedagogia
PATRÍCIA DE OLIVEIRA INÁCIO	educadora	MAT II	Ensino Médio	Magistério
JACQUELINE ALVES MENEZES	educadora	MAT II	Ensino Superior	Pedagogia
LUANA DE SOUZA DE SANTANA	educadora	MAT I	Ensino Superior	Letras/Magistério
JICELMA GONÇALVES SOUZA	educadora	MAT I	Ensino Superior	Pedagogia
KARINY MACUCO REGIS VIEIRA	educadora	B II	Ensino Superior	Pedagogia
CINTHIA SILVA GOMES	educadora	B II	Ensino Superior	Pedagogia
SHEILA AMANCIO DOS SANTOS	Auxiliar de classe	TODOS	Ensino Superior	Pedagogia

7.4 O quadro administrativo e de apoio também está completo

NOME	FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	HABILITAÇÃO
Catarina Maria Ferreira Furtado	Diretora	Ensino Superior	Pedagogia
Susana Alves da Silva	Auxiliar de secretaria	Pós graduação Ensino Médio	_____

NOME	FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	HABILITAÇÃO
KARINA S. BECKER	Nutricionista	Ensino Superior	Bacharel Nutrição
ANGELA MARIA B. GONÇALVES	Cozinheira	Ensino Fundamental	_____
ELCIA ROBERTO DO NASCIMENTO	Servente	Ensino Médio	_____
KAROLINE SILVA SANTOS	Auxiliar de serviços gerais	Ensino Médio	_____

8. MATRIZ CURRICULAR DAS MODALIDADES : Berçário II, Maternal I, Maternal II, Jardim.

A nossa matriz curricular foi alterada em 2020, no Projeto Político Pedagógico para estar em concordância com a BNCC e Currículo Santista.

Educação Infantil – Período Integral MATRIZ CURRICULAR

BRINCAR EDUCAR CUIDAR

Direitos de aprendizagem e desenvolvimento: CONVIVER, BRINCAR, PARTICIPAR, EXPLORAR, EXPRESSAR E CONHECER-SE.

CAMPOS DE EXPERIÊNCIA

O Eu, o outro e o nós

Corpo, gestos e movimentos

Traços, sons, cores e formas

Escuta, fala, pensamento e imaginação

Espaço, tempos, quantidades, relações e transformações

Carga Horária Total: 60 horas–aula semanais

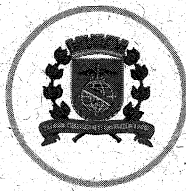
9. PROPOSTA PEDAGÓGICA

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada.

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação.

Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, **seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento** asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir **intencionalidade educativa** às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola.



PREFEITURA DE SANTOS

Gabinete do Prefeito

ANEXO RP-09 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO - TERMO DE FOMENTO

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A):

MUNICÍPIO DE SANTOS

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA:

LAR ESPÍRITA MARIA MÁXIMO

TERMO DE FOMENTO Nº (DE ORIGEM):

48 /2021 - SEDUC

OBJETO:

Atendimento gratuito em Creche, Pré-Escola e/ou Atividade Complementar, visando ao desenvolvimento sócioeducativo das crianças e adolescentes residentes no Município de Santos.

VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO (1):

EXERCÍCIO (1):

ADVOGADO(S)/ Nº OAB / E-MAIL: (2)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão conessor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Santos, 04/01/2021

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: ROGÉRIO PEREIRA DOS SANTOS

Cargo: Prefeito Municipal de Santos

CPF: 108.436.928-12



PREFEITURA DE SANTOS

Gabinete do Prefeito

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: WAGNER DE FREITAS PINTO

Cargo: Presidente do LAR ESPÍRITA MARIA MÁXIMO

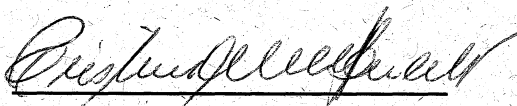
CPF: 084.159.388-45

**Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:
PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:**

Nome: CRISTINA ABREU DA ROCHA BARLETTA

Cargo: Secretária Municipal de Educação

CPF: 059.425.598-80

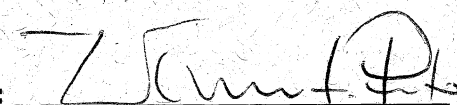
Assinatura: 

**Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:
PELA ENTIDADE PARCEIRA:**

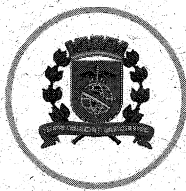
Nome: WAGNER DE FREITAS PINTO

Cargo: Presidente do LAR ESPÍRITA MARIA MÁXIMO

CPF: 084.159.388-45

Assinatura: 

- (1) Valor repassado e exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas.
- (2) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



PREFEITURA DE SANTOS

Gabinete do Prefeito

**ANEXO LC-03 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-
SP - INSTRUÇÃO 02/2016 - (TC-A-011476/026/16)**

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE SANTOS
CNPJ Nº: 58.200.015/0001-83

ENTIDADE: LAR ESPÍRITA MARIA MÁXIMO
CNPJ Nº: 62.303.250/0001-58

TERMO DE FOMENTO Nº: 43 /2021 - SEDUC

DATA DA ASSINATURA: 04/01/2021.

VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2021.

OBJETO: Atendimento gratuito em Creche, Pré-Escola e/ou Atividade Complementar, visando ao desenvolvimento sócioeducativo das crianças e adolescentes residentes no Município de Santos.

VALOR TOTAL: R\$ 440.666,10 (quatrocentos e quarenta mil, seiscentos e sessenta e seis reais e dez centavos).

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes ao correspondente Termo, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Santos, 04/01/2021.

**CRISTINA ABREU DA ROCHA BARLETTA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

barlettacris@gmail.com